



## **Em defesa dos bancos públicos brasileiros**

Em todo o Brasil, causaram surpresa as declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, durante a reunião ministerial realizada no último dia 22 de abril, cuja divulgação pública ocorrera por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello, defendendo enfaticamente a privatização do Banco do Brasil.

Essa agenda radical de privatizações das empresas e instituições estatais, implementada nos anos 90 por Fernando Henrique Cardoso no Brasil, já fez a derrocada econômica de países como Argentina e México, justamente por retirar das mãos do estado a possibilidade de intervir nos setores essenciais ao bom funcionamento da economia, garantindo mais produtividade, melhor distribuição de renda, incentivo e proteção aos micro e pequenos produtores e comerciantes, além da defesa dos interesses nacionais contra a concorrência predatória das empresas estrangeiras.

De acordo com informações disponíveis no site do jornal O Estado de São Paulo, apenas em 2019, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) venderam R\$ 36,5 bilhões em ativos. Assim, somente a Caixa vendeu R\$ 15 bilhões em participações diretas em empresas como Petrobrás e BB, e o governo federal pretende acelerar este movimento com a venda de parte dos ativos detidos pelo BNDES.

Com a privatização, abre-se uma avenida para a livre atuação do sistema financeiro e, sem a concorrência dos bancos públicos, os juros poderão ser reajustados conforme a vontade dos banqueiros, sem falar na redução do crédito para a população. Afinal, os bancos privados não têm o interesse e nem o compromisso social de oferecer crédito com juros baixos e condições de pagamento acessíveis à população. Além disso, os dividendos e lucros das instituições irão para os seus acionistas ao invés de retornarem para serem aplicados no país.



Com a privatização dos bancos públicos, áreas como moradia, agricultura, alimentação, comércio e indústria serão diretamente afetadas. Atualmente, os bancos públicos possuem participação em mais de 80% do mercado do crédito rural e imobiliário. Além disso, até 2016, os bancos públicos eram responsáveis por 56% do crédito no Brasil, de acordo com levantamento feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf).

Somente a Caixa financia 69% da habitação no país e representou, em 2015, mais de 75% do crédito imobiliário concedido aos brasileiros e brasileiras. O Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf), que sozinho corresponde a quase 70% do total de crédito liberado à agricultura familiar, está a cargo do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. A agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras.

Além disso, os bancos públicos representam até 80% das agências em inúmeros estados da região Norte como Acre, Piauí, Pará, Roraima e Tocantins. Ainda, são os financiadores de mais de quase 95% do total de crédito nos estados do Norte e de cerca de 80% em outras regiões.

Entretanto, diferente das instituições públicas, os bancos privados são guiados exclusivamente pela busca incessante do lucro e, por isso, suas agências possuem ampla presença nas áreas com mais desenvolvimento econômico do país. Enquanto a região Sudeste possui grande quantidade desses bancos, o restante do Brasil é marginalizado em função de interesses das maiores instituições privadas.



E os bancos públicos ainda são muito rentáveis para o Estado brasileiro. Somente o Banco do Brasil lucrou R\$ 18,1 bilhões em 2019 e pagou R\$ 3,4 bilhões em dividendos para o governo federal no mesmo ano. Na década entre 2010 e 2019, o lucro médio foi de R\$ 16,3 bilhões em cada ano. No mesmo período, a média anual de dividendos pagos para a União foi de R\$ 3,6 bilhões.

No mesmo sentido, os bancos estatais fomentam o desenvolvimento regional, promovem o equilíbrio de diferentes setores da economia, investem em setores produtivos e em infraestrutura, além de alcançar e beneficiar com seus serviços a população mais carente nos locais mais distantes e isolados do país.

Os governos dos presidentes Lula e Dilma priorizaram o fortalecimento das carreiras do serviço público e a sustentabilidade das empresas públicas essenciais ao desenvolvimento do país. E não existe desenvolvimento nacional sem investimento na prestação eficiente e satisfatória dos serviços estatais. As instituições bancárias públicas precisam ser defendidas. Elas promovem o melhor do Brasil para todos os brasileiros e brasileiras.